

Inclusão e sustentabilidade no Brasil: um desafio para as políticas públicas no século XXI.

Filipe Parente, Doris Sayago y Poliana Francis.

Cita:

Filipe Parente, Doris Sayago y Poliana Francis (2017). *Inclusão e sustentabilidade no Brasil: um desafio para as políticas públicas no século XXI*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3373>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Inclusão e sustentabilidade no Brasil: um desafio para as políticas públicas no
século XXI.**

Filipe Parente

parentefilipe@hotmail.com

Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (UnB)

Brasil

Poliana Francis

polianatapajos@gmail.com

Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (UnB)

Brasil

Doris Sayago

doris.sayago@gmail.com

Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (UnB)

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

O Brasil figura entre as dez maiores economias do planeta e também entre os primeiros países da lista da desigualdade econômica e social. Essas características, constituídas histórica e culturalmente, reverberam em processos de violência e marginalização que contrastam com a perspectiva de construção de um país sustentável, pacífico e plural.

Outra característica marcante é a diversidade cultural, formadora da identidade da população brasileira, contando com mais de trinta segmentos de grupos sociais culturalmente diferenciados, coletivamente denominados 'povos e comunidades tradicionais'. Via de regra, a realidade de tais grupos é marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, cerceamento de direitos, segregação social, subordinação cultural e invisibilidade.

No início do século XXI, com a ascensão de governos progressistas aliada à pressão e mobilização de camadas populares e movimentos sociais organizados, houve esforço para reduzir a pobreza e desigualdade pela implementação de políticas públicas voltadas à inclusão e à sustentabilidade.

Nesse contexto, emergiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), visando reconhecer e dar visibilidade às especificidades desses segmentos populacionais. A PNPCT objetiva promover o desenvolvimento sustentável, com ênfase no fortalecimento de direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

A PNPCT dialoga com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Plano Brasil sem Miséria, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre outros, promovendo a produção sustentável, soberania alimentar e etnodesenvolvimento.

Além da esfera governamental, observam-se esforços de outras entidades públicas que promovem inclusão social. Destaca-se a iniciativa pioneira do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS-UnB) em lançar o Programa de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT).

O MESPT visa formar profissionais para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais, com base no diálogo de saberes, em prol do exercício de direitos, do fortalecimento de processos autogestionários do território, da valorização da sociobiodiversidade e salvaguarda do patrimônio cultural de povos e comunidades tradicionais. O MESPT, cujo primeiro edital de seleção reservou 50% das vagas para indígenas, hoje oferece vagas a indígenas, quilombolas e outros segmentos de comunidades tradicionais do Brasil, México e Suriname, além de profissionais vinculados a instituições que realizam trabalhos diretamente com esses povos.

O trabalho ora proposto investiga a contribuição do MESPT no contexto de materialização de políticas públicas atinentes à inclusão social de povos e comunidades tradicionais. Utiliza-se dos resultados de análise realizada sobre o conteúdo das dissertações do mestrado e entrevistas com alunos (egressos e em curso), professores e coordenadores do Programa, e registra avanços e conquistas relacionadas à implementação de políticas e materialização de direitos de povos e comunidades tradicionais, na perspectiva da promoção de equidade social.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

Brazil is among the ten largest economies on the planet and also among the first countries on the list of economic and social inequality. These characteristics, constituted historically and culturally, reverberate in processes of violence and marginalization that contrast with the perspective of building a sustainable, peaceful and plural country.

Another striking feature is cultural diversity, which forms the identity of the Brazilian population, with more than thirty segments of culturally differentiated social groups collectively called 'traditional peoples and communities'. As a rule, the reality of such groups is marked by the difficulty of access to public goods and services, rights curtailment, social segregation, cultural subordination and invisibility.

At the beginning of the 21st century, with the rise of progressive governments allied with the pressure and mobilization of grassroots and organized social movements, there was an effort to reduce poverty and inequality through the implementation of public policies aimed at inclusion and sustainability.

In this context, the National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities (PNPCT) emerged, aiming to recognize and give visibility to the specificities of these population segments. The PNPCT aims to promote sustainable development, with emphasis on strengthening territorial, social, environmental, economic and cultural rights.

The PNPCT dialogues with the National Policy on Technical Assistance and Rural Extension, Brazil without Poverty Plan, National Program for Strengthening Family Agriculture, Food Acquisition Program, National School Feeding Program, among others, promoting sustainable production, food sovereignty and ethnodevelopment.

In addition to the governmental sphere, there are efforts of other public entities that promote social inclusion. The pioneering initiative of the Center for Sustainable Development of the University of Brasília (CDS-UnB) is worth mentioning in launching the Professional Master's Program in Sustainability with Peoples and Traditional Lands (MESPT).

The MESPT aims to train professionals for the development of research and social interventions, based on dialogue of knowledge, for the exercise of rights, strengthening of self-management processes in the territory, enhancement of socio-biodiversity and safeguarding the heritage cultural diversity of traditional peoples and communities. MESPT, whose first selection document reserved 50% of the vacancies for indigenous people, now offers vacancies to indigenous, quilombolas and other segments of traditional communities from Brazil and other countries such as Mexico and Suriname, as well as professionals linked to institutions that carry out jobs directly as these people. The present work investigates the contribution of MESPT to the materialization of public policies related to the social inclusion of traditional peoples and communities. The results of the analysis of the content of the master's dissertations and interviews with students (current and former), teachers and coordinators of the Program, are used, as well as advances and achievements related to the implementation of policies and the materialization of peoples' rights and traditional communities, with a view to promoting social equity.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Palabras clave

Sustentabilidade; Inclusão; Povos e Comunidades tradicionais

Keywords

Sustainability; Inclusion; Traditional Peoples and Communities



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

A inclusão e a sustentabilidade são temas que fazem parte do cotidiano das narrativas e discursos de vários seguimentos sociais brasileiros, ainda que não de forma hegemônica e ainda que tais temas, mesmo na esfera discursiva, enfrentem muitas formas de resistência, sobretudo, pelos setores mais conservadores. A exclusão social e a degradação ambiental de alguma forma sempre estiveram presentes no processo histórico de constituição do país como Estado-nação moderno, e de certa maneira se arraigaram em muitas instituições e relações sociais, e ainda atualmente vêm sendo produzidas e reproduzidas por grupos com determinados interesses políticos, econômicos ou quaisquer outras formas de poder e dominação.

A invasão portuguesa sobre um território povoado por uma diversidade de povos autóctones, cada qual com seus costumes, cultura e organização social, bem como período colonial que se estabeleceu pouco tempo depois no atual território brasileiro reverberaram em processos intensos de exclusão social e degradação ambiental ainda nos germens da formação do Brasil. A extração ostensiva e exaustiva de matérias-primas como o ouro, a exploração da cana-de-açúcar e do próprio pau-brasil (madeira utilizada pela indústria têxtil na confecção da cor vermelha, cujo nome inspirou a denominação do estado brasileiro), para abastecer os mercados consumidores europeus e a então nascente revolução industrial, são exemplos de práticas que culminaram em processos de degradação ambiental.

O extermínio e o etnocídio de povos indígenas e a institucionalização da escravidão, sobretudo de milhões de negros trasladados de maneira coercitiva do continente africano, são exemplos de violência sistemática que ocorreram, e ainda ocorrem, no território brasileiro resultando em processos estruturais de exclusão social que persistem entranhados nas instituições e nas relações sociais, mesmo que sob o verniz de uma sociedade moderna ou democrática. A exclusão social apresenta sua faceta mais cruel nas relações sociais sob a forma do preconceito e da discriminação, sejam eles explícitos ou velados. No âmbito institucional, ela se expressa de diversas maneiras, seja na não observância dos direitos e no não atendimento das demandas e necessidades



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

desses segmentos marginalizados da população, seja na não oferta e/ou disponibilidade de espaço/trabalho por parte desses grupos no corpo das instituições.

Vale ressaltar, todavia, que esses grupos historicamente marginalizados da população brasileira nunca aceitaram a dominação de maneira passiva, mas sempre lutaram e desenvolveram estratégias de resistência, para a manutenção de suas formas de ser, estar e fazer no mundo. A formação dos quilombos como territórios livres, por negros escravizados que conseguiram fugir do sistema escravista, bem como os grupos indígenas que se refugiaram nas matas e florestas para garantir a sobrevivência de seu povo, são exemplos de resistência frente à dominação. Como destaca Little (2002):

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas. No caso dos escravos africanos, a história da colônia e do império está repleta de casos de rebeliões, fugas, luta armada e alianças entre quilombos e povos indígenas. (...)Esses múltiplos, longos e complexos processos resultaram na criação de territórios dos distintos grupos sociais e mostram como a constituição e a resistência culturais de um grupo social são dois lados de um mesmo processo. (p. 5)

Na atualidade, ainda existe muita violência e conflitos, inclusive que resultam em mortes seja por homicídio seja por suicídio, entre esses povos e a sociedade envolvente, sobretudo quando esta avança sobre os territórios daqueles, interessada no lucro da exploração de riquezas naturais como madeira, minério e recursos hídricos. Além do assédio de organizações criminosas que exploram ilegalmente esses recursos, e também produzem e comercializam drogas ilícitas, praticando outros tipos de contravenção, muitas comunidades são constantemente ameaçadas pela expansão da fronteira agrícola, sobretudo pelo agronegócio que recebe vultosos investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, para a plantação de monoculturas como a soja e o milho transgênicos, em que pese a deterioração dos ecossistemas florestais e do meio ambiente.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Outro fator que ameaça os territórios habitados por essas populações são os grandes empreendimentos, boa parte deles implementados pelo próprio Estado, como as hidrelétricas por exemplo, que causam enorme impacto socioambiental.

Além dos povos indígenas, que no Brasil é reconhecida a existência de mais de 300, e quilombolas, cujo reconhecimento é de milhares de comunidades outros grupos que se estruturam tradicionalmente de maneira comunitária e mantêm uma relação de pertencimento e interdependência com o meio ambiente e a natureza, numa perspectiva da terra como bem coletivo insuscetível de apropriação privada, têm se organizado no sentido de terem suas identidades fortalecidas e reconhecidas. Esses grupos, dos quais podemos citar: ciganos, pescadores, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco-babaçu, pomeranos, geraizeiros, entre outros, são reconhecidos também pelo conceito de povos e comunidades tradicionais. (Almeida,2008; Diegues,2006; Little, 2002)

Atualmente, a estratégia de luta e resistência desses grupos, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais caracteriza-se pela busca de diálogo com a sociedade nacional para que possam sair da invisibilidade e exclusão social a que estão historicamente submetidos. Muitos desses grupos incentivam a formação e capacitação de lideranças, inclusive em instituições universitárias, a fim de preparar interlocutores comunitários para defender e conscientizar o restante da população brasileira acerca da importância do reconhecimento e respeito a seus direitos e garantias legais e constitucionais. Esses povos também demandam programas e políticas públicas que atendam suas necessidades e especificidades.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceptual

Como resultado das lutas de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais a legislação brasileira passou a reconhecer suas identidades e especificidades, ainda que com limitações e controvérsias. Esse reconhecimento teve como consequência mais imediata a implementação de programas e políticas públicas voltadas para esses povos, sobretudo a partir de 2003, com o advento ao poder de um grupo político ideologicamente mais progressista que os demais grupos políticos elitistas que historicamente governaram o país.

Entre esses programas e políticas, podemos citar: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Plano Brasil sem Miséria, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Tais políticas e programas buscaram, apesar de suas limitações e imperfeições, garantir a segurança alimentar e a geração de renda para muitos dos povos e comunidades tradicionais.

Outra política bastante relevante nesse contexto é a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), visando reconhecer e dar visibilidade às especificidades desses segmentos populacionais. A PNPCT objetiva promover o desenvolvimento sustentável, com ênfase no fortalecimento de direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais (Brasil, 2007). De certa forma, ela se articula com os demais programas e políticas públicas supracitados.

Essa política objetiva, além de garantir a visibilidade desses povos e reconhecer a diversidade cultural presente no país, reconhecer seus direitos territoriais, sociais, ambientais e econômicos, garantindo-lhes acesso aos meios e recursos necessários a sua sobrevivência e reprodução sociocultural. Outras iniciativas de inclusão social sustentabilidade, que não se restringem à esfera governamental, merecem destaque: é o caso do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (Mespt).

O Mespt é um curso semi-presencial voltado para a formação e qualificação de profissionais indígenas, quilombolas e membros de povos e comunidades tradicionais, bem como outros



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

profissionais sem marcadores étnicos que atuam em instituições governamentais ou não e que vêm desenvolvendo projetos e trabalhos junto a territórios tradicionalmente ocupados por esses povos. O curso funciona conforme a pedagogia da alternância (os estudantes dividem o seu tempo de estudos e pesquisas entre a universidade e a vivência na comunidade). Dividido em módulos, as fases de formação presencial costumam ocorrer nos meses de dezembro/janeiro/fevereiro/julho, período que normalmente coincide com as férias acadêmicas. Nos outros meses, os estudantes pesquisam e trabalham junto às comunidades. O curso dura 24 meses com carga horária de 420 horas.

O Mespt vincula-se ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), mas congrega professores de diversas áreas como antropologia, educação, geografia, história, o que indica uma tendência para se fortalecer como campo interdisciplinar com viés socioambiental robusto. Seus estudantes têm origens nas mais diferentes regiões do país, contemplando todos os biomas: Cerrado, Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, etc. As turmas são multiétnicas, formadas por indígenas, quilombolas, entre outros povos e comunidades tradicionais, e também por estudantes sem marcadores étnicos definidos. As aulas normalmente ocorrem no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB), localizado em área central da cidade e no campus da UnB em Planaltina, cidade localizada nas proximidades de Brasília.

Uma das propostas do curso é, além da formação e capacitação, dar visibilidade ao conhecimento oriundo e produzido pelos povos e comunidades tradicionais, buscando valorizar a pluralidade de vivências e perspectivas presentes no território brasileiro. Dessa forma, estimula-se o diálogo de saberes entre a perspectiva científica/acadêmica e o conhecimento tradicional acumulado de geração em geração.

Por diálogo de saberes (Leff, 2010), entende-se os diálogos e as relações de troca de saberes e conhecimentos envolvendo diferentes racionalidades, cosmologias e visões de mundo, a partir do contato interativo e intencional entre sujeitos de diferentes origens e culturas. Ressalte-se que para efetivar um diálogo de saberes é necessário que as relações entre os sujeitos ocorram de forma horizontal (igualitária) e não de forma vertical (hierárquica). A ideia do diálogo também pressupõe que os sujeitos envolvidos tenham o direito à voz e o dever da escuta, de maneira equilibrada. “O diálogo de saberes abre uma via de compreensão da realidade a partir de diferentes racionalidades;



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estabelece um diálogo intercultural a partir das identidades coletivas e dos sentidos subjetivos, para além da integração sistêmica de objetos fragmentados do conhecimento” (Leff, 2010, p. 16).

Nessa perspectiva, o Mespt pode ser considerado como um curso pioneiro dentro do cenário brasileiro, que busca congrega a dimensão da sustentabilidade junto com a inclusão social e a valorização da diversidade cultural.

Um dos gérmenes da estruturação do Mespt foi lançado em 2007, com a criação do Curso de Especialização em Indigenismo e Sustentabilidade. Esse curso teve 50 estudantes matriculados, dos quais uma minoria era de profissionais indígenas. A ideia do curso era estimular o diálogo de saberes. Pode-se afirmar que esse curso serviu como campo de experimentação para a estruturação posterior do que viria a ser o Mespt em seus moldes atuais. Dos 50 estudantes inscritos, 38 concluíram tornando-se especialistas. Ao longo da especialização, houve circulação muito grande de lideranças, de conhecedores indígenas que ministraram palestras e ofereceram atividades diversas.

A presença e a participação indígena no curso estimularam os estudantes, professores e coordenadores a fortalecerem a tendência e busca pelo diálogo de saberes. Entre as pesquisas e monografias apresentadas ao final do curso, observou-se grande diversidade de recortes empíricos e de abordagem. Algumas monografias importantes, que transcenderam os limites acadêmicos, também resultaram desse processo, como a que tratou do Santuário dos Pajés (comunidade indígena multiétnica situada no setor urbano de Brasília e que tem enfrentado muitas pressões, sobretudo do setor imobiliário).

A partir da exitosa experiência da especialização, professores e estudantes motivados em aprofundar o diálogo de saberes, conseguiram estruturar o curso como Mestrado profissional vinculado ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Nas palavras de uma coordenadora do curso: “o MESPT talvez seja o espaço que de maneira mais concentrada consegue visibilizar as tensões em torno do que se entende normalmente por desenvolvimento (...)é um espaço de resistência política e intelectual.”



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A coordenadora reconhece também a importância desse tipo de curso num contexto de relações interétnicas demarcado pelas assimetrias de poder. “(...) essa relação tão desigual com a sociedade nacional, sem dúvida é o maior fator a ameaçar a sustentabilidade de povos e terras”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Este artigo ancora-se numa abordagem qualitativa mediante a qual se procura analisar o tema da pesquisa com base em revisão bibliográfica relacionada à temática em pauta, bem como por meio da observação-participante, da realização de entrevistas e da escuta sensível.

A revisão bibliográfica busca trazer autores relevantes que se destacaram na análise do objeto de reflexão deste artigo bem como apresentar alguns de seus conceitos e de que forma eles são empregados nesta análise. O propósito é tecer interlocuções e diálogos a partir dos referidos autores a fim de problematizar e aprofundar as reflexões ora apresentadas.

A observação-participante que fundamenta este artigo deriva da experiência profissional de seus autores na realização de trabalhos e atividades junto a povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais do Brasil, bem como no conhecimento das respectivas legislações, ou ausência delas, no atendimento das demandas e necessidades desses povos e na garantia de seus direitos. Tal fato desdobra-se no reconhecimento e num olhar crítico em torno de programas e políticas públicas destinadas à implementação do que prescreve a legislação. O contato dos autores deste artigo com o tema em tela, ocorreu e ocorre, sobretudo no âmbito universitário e profissional, em instituições como a Universidade de Brasília-UnB, a Fundação Nacional do Índio-Funai e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Ainda sobre a observação-participante, vale ressaltar que dois dos autores deste artigo cursaram disciplinas ofertadas pelo Mespt para os alunos regularmente matriculados, mas também com algumas vagas abertas para estudantes vinculados a outros programas de pós-graduação. Entre as disciplinas, podemos citar: Gestão Ambiental e Territorial; Tecnologias Sociais; Projetos, Desenvolvimento Sustentável e Etnodesenvolvimento; e Práticas e Paisagens Agrícolas.

Além da observação-participante, realizou-se no mês de novembro de 2015, entrevistas semi-estruturadas, registradas por meio de gravador e posteriormente degravadas, com uma coordenadora do Mespt e com alguns estudantes do curso.

Tanto na observação-participante, quanto na realização das entrevistas procurou-se praticar como estratégia e prática metodológica a escuta sensível. Para Barbier (*apud* Macedo, 2012):



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(...) a escuta sensível configura um escutar/ver, apoia-se na empatia. O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para “compreender do interior” as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, valores e de símbolos. É assim que, na lógica da escuta sensível, não se mede, não se compara, não se hierarquiza. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões ou necessariamente ter que se identificar com o outro, com o que é enunciado ou praticado. No trabalho com a escuta sensível e a escuta-ação, o pesquisador não impõe sentidos, trabalha com as atribuições de sentido. (p. 67)

A escuta sensível, tal qual Barbier (1997) a define, requer empatia, abertura e aceitação do outro em sua inteireza, numa perspectiva de relação horizontal em que não exista aquele que sabe e aquele que não sabe, mas apenas aqueles dotados de saberes diferentes advindos de experiências e vivências peculiares.

Os dados e informações obtidos nas entrevistas, juntamente com a observação-participante, a revisão bibliográfica e a leitura analítica de algumas dissertações produzidas pelos estudantes do Mespt, trouxeram elementos fundamentais para o desenvolvimento das reflexões que ora se apresentam neste artigo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análisis y discusión de datos

Em 2011, foi lançado o Primeiro edital de seleção para a área de concentração em sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais. Foram disponibilizadas 26 vagas, sendo 50% delas destinadas para indígenas. A outra metade foi destinada a outros profissionais sem marcadores étnicos atuando no campo, pelo governo ou sociedade civil. Com isso, houve um incremento na diversidade da composição da turma, que passaria a ser multiétnica e multi-institucional. A maior parte dos indígenas era oriunda de etnias que habitam a região norte e centro-oeste do país. Como afirma uma coordenadora do Mespt: “A presença desses sujeitos na universidade pode transformar a universidade, ao reduzir o seu formalismo, a dinâmica atomizante, individualista de produção de conhecimento, que esteriliza tudo, que retira as relações interpessoais”.

A maior parte dos estudantes da primeira turma do Mespt formou-se no ano de 2013, realizando suas defesas em três ciclos de seminários (semanas em que se concentravam as apresentações de forma que os colegas do curso pudessem assistir às apresentações uns dos outros). Quase a totalidade desses trabalhos apresentados pode ser acessada pela internet via repositório institucional da Biblioteca Central da UnB. Em termos de regiões abrangidas pelas pesquisas, a região centro-oeste e a norte foram as mais expressivas, seguidas pelas regiões nordeste, sudeste e sul.

Os trabalhos apresentados tiveram recortes temáticos bem diversificados, tais como: território; saúde; educação; resíduos sólidos; reflorestamento; atividades produtivas; gênero; geração; impacto ambiental; políticas públicas; política indigenista e direito indígena; conhecimento tradicional; etc. Tais temas apresentam interface com a sustentabilidade em múltiplas dimensões, seja no que concerne à gestão ambiental e territorial (desenvolvimento de tecnologias com base no conhecimento ancestral; soberania alimentar; demarcação territorial e autonomia na gestão dos recursos; manejo dos recursos e resíduos; empoderamento e participação nos processos decisórios; compensação pelo impacto de grandes empreendimentos; geração de renda, etc.), seja no que tange a educação, cultura, política e outros macrotemas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os recortes temáticos dos trabalhos se relacionam, direta ou indiretamente, com os objetivos específicos da PNPCT, o que ilustra uma contribuição do Programa de Mestrado para a apropriação da política por parte dos povos tradicionais, para a percepção dos níveis de execução dos serviços básicos aos quais eles têm direito, bem como para o aumento da demanda pela plena implementação das diversas políticas socioambientais congregadas na PNPCT.

Um aspecto importante na proposta político-pedagógica do curso é pensar as interfaces entre pesquisa e extensão, bem como os aspectos éticos envolvidos na pesquisa e interação com as comunidades. Ainda na 1ª turma do Mespt foi realizada uma atividade de campo coletiva em São Gabriel da Cachoeira, município localizado no estado do Amazonas, para visitar duas terras indígenas (yanomami e tukano), além de um circuito de debates com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). Algumas das inovações que a 1ª turma do Mespt trouxe em relação ao curso de especialização que inspirou sua criação foram a inclusão da figura de um examinador indígena na banca de defesa da dissertação e a abertura de vagas para outros povos e comunidades tradicionais, além dos indígenas.

Em 2014, foi lançado o edital da 2ª turma do Mespt, disponibilizando 30 vagas, sendo metade delas para indígenas e quilombolas e a outra metade para sujeitos oriundos de outros povos e comunidades tradicionais e sem marcadores étnicos. Na composição da 2ª turma, 8 indígenas das seguintes etnias (Manchineri, Kaingang, Karipuna, Xavante, Tuxá, Terena e Krahô), 8 quilombolas oriundos de 4 estados da federação (Pernambuco, Bahia, Goiás e Pará), 1 pomerano e 1 geraizeiro, representantes de comunidades tradicionais, 2 surinamesas e mais alguns sujeitos sem marcadores étnicos ocuparam vagas. As estudantes surinamesas fazem parte de um acordo de cooperação com o Suriname, que pretende replicar o modelo do mestrado no país. Há também um acordo de cooperação com a Universidade Veracruzana do México, que criou um mestrado semelhante voltado à educação para interculturalidade e sustentabilidade.

O edital da 3ª turma do Mespt foi lançado em 2016 e abriu 15 vagas distribuídas da seguinte maneira: 5 destinadas a indígenas residentes no país; 5 a quilombolas residentes no país; 5 a membros de comunidades tradicionais; e 2 a indígenas, quilombolas e/ou membros de comunidades tradicionais residentes no México e/ou Suriname. Observe-se que nesse edital não houve abertura



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de vagas para profissionais sem marcadores étnicos, bem como houve uma redução considerável na oferta de vagas. Isso se deveu em larga medida às dificuldades de conseguir apoio financeiro para realização do curso e concessão de bolsas. O edital da 4ª turma foi lançado no primeiro semestre de 2017 e ofertou 22 vagas, reabrindo 5 delas para profissionais que realizam trabalhos junto a povos e comunidades tradicionais, sem necessariamente possuírem marcadores étnicos.

Ao indagarmos estudantes da 2ª turma do Mespt, em novembro de 2015, sobre quais os motivos de terem optado por cursar o mestrado, eis algumas respostas que deram:

“O que motivou a participar do processo seletivo foi o termo sustentabilidade (...) Pra poder levar conhecimentos sistemáticos, científicos, à aldeia. Poder atuar em prol da comunidade” (indígena).

“(...) a proposta era trabalhar na comunidade, daí eu me interessei, porque tava no estudo e trabalho. E a forma que é alternância, que às vezes a gente precisa de mais de uma oportunidade pra poder estudar” (quilombola).

“O que me motivou foi a proposta do curso, a temática de povos e comunidades tradicionais (...) O MESPT mais que um curso, é um posicionamento no mundo. Me possibilitou continuar estudando e poder realizar algo para o meu povo” (pomerano).

“A promessa de uma troca de saberes (...) Além disso, o fato da UnB e o CDS serem instituições muito reconhecidas foi um dos fatores preponderantes na minha motivação. Por fim, a ideia de um mestrado profissional também me atraiu” (sem marcador étnico).

Sobre os temas pesquisados pelos entrevistados, constatamos alguns estudos e pesquisas sobre a realidade imediata de suas comunidades, como por exemplo: segurança alimentar do povo indígena Xavante, frente à dependência e consumo de produtos industrializados; a gestão ambiental na produção de lixo nos festejos do Vão de Almas no território Kalunga (maior território quilombola do Brasil); estética negra, na valorização de mulheres quilombolas; conflitos socioambientais e territoriais que afetam a comunidade pomerana, entre outros.

As entrevistas também foram importantes para compreender a perspectiva dos estudantes sobre desenvolvimento e sustentabilidade. Um estudante indígena afirmou que desenvolvimento é: “saber



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

tratar, saber valorizar, saber cultivar a natureza, com raciocínio lógico, não destruindo. Produzir o que é necessário pra poder alimentar o povo.” Um estudante quilombola disse que “desenvolvimento sustentável a gente tira da própria terra”, reforçando o vínculo de sua comunidade com a natureza. Um estudante pomerano, por sua vez, falou que “Para os povos e comunidades tradicionais, a sustentabilidade envolve algumas questões centrais: o direito a terra; a soberania alimentar; educação intercultural; e a mística, o simbólico”.

Todos os estudantes entrevistados ressaltaram que uma das principais contribuições do Mespt para sua formação é justamente a de proporcionar que uma diversidade de perspectivas, culturas e vivências possam dialogar de forma construtiva e ser devidamente reconhecida e valorizada.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusiones

Houve alguns avanços nos últimos anos no que diz respeito a conquistas relacionadas à implementação de políticas e reconhecimento de direitos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, na perspectiva da promoção de equidade social, inclusão e sustentabilidade. Boa parte desses avanços resultou da organização, resistência e luta desses povos.

Iniciativas como a do Mespt, mostram o potencial transformador da Universidade, com aporte de novas realidades, perspectivas e visões de mundo, reduzindo formalismos e transformando a dinâmica individualista de produção de conhecimento.

Como toda iniciativa pioneira e inovadora, o Mespt, juntamente com outros programas e políticas congêneres, como a PNPCT, configura-se como espaço de resistência política e intelectual; de diálogo de saberes; de visibilidade e mesmo de articulação e fortalecimento das lutas; e de valorização da diversidade cultural do Brasil. Por essas razões, há também, antagonicamente, muitas críticas e pressões, sobretudo por parte dos setores mais conservadores da sociedade e da academia.

Embora tais iniciativas acenem para possíveis caminhos de democratização do conhecimento, inclusão e sustentabilidade social e ambiental, elas ainda enfrentam muitos desafios e dificuldades para se sustentarem ao longo do tempo, em larga medida devido a restrições orçamentárias, mas também devido a outros fatores como o preconceito e o desconhecimento. Esses desafios ficam mais evidentes num cenário de instabilidade econômica, jurídica e política, que vem assolando o país nos últimos anos.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

Almeida, A. (2008). *Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum*. Em: Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM.

Barbier, R. (1997). *L'approche transversale, l'écoute sensible en sciences humaines*. Paris: Anthropos. (coll. Exploration interculturelle)

Brasil. (2007). *Decreto nº 6040/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)*. Brasília: Diário Oficial.

Diegues, A. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Ed. Hucitec.

Leff, E. (2010). *Epistemologia ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela*. Revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 5ª ed. São Paulo: Cortez.

Little, P. (2002). *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia nº 322. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

Macedo, R. (2012). *A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação*. Brasília: Liber Livro.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio